



A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO RIO DE JANEIRO: DA TRANSIÇÃO PARA A RECONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Sul Brasil Pinto Rodrigues | sbprodriques@ig.com.br

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Resumo

O artigo é um relato de experiência em Educação a Distância. Contextualiza a EAD historicamente no Rio de Janeiro no interior da teoria educacional de Anísio Teixeira, desde sua fase analógica. Introduz-se no estudo de caso do PAIEF – UNIRIO e especificamente na disciplina eletiva Movimentos Sociais e Educação. Questiona a EAD enquanto componente da reconstrução educacional na superação do retardamento do progresso educacional; discute a existência da autonomia dos atores envolvidos. Na especificidade da disciplina, conclui ressaltando a contribuição positiva da EAD na atual reconstrução da educação brasileira.

Palavras-chave

Educação a Distância. Reconstrução educacional. Autonomia. Movimentos sociais.

DISTANCE EDUCATION IN RIO DE JANEIRO: THE TRANSITION TO THE RECONSTRUCTION OF BRAZILIAN EDUCATION

Abstract

This article is the report of an experience in Distance Education (DE). It contextualizes distance learning in Rio de Janeiro historically, situating it in the frame of Anísio Teixeira's educational theory, from its analogical beginnings. It tackles the PAIEF - UNIRIO case study and specifically the elective subject Social Movements and Education. It questions DE's role as part of the reconstruction of education in overcoming the delay of educational progress. It discusses the existence of autonomy of the players involved. It concludes by underscoring DE's positive contribution to the current reconstruction of Brazilian education.

Keywords

Distance learning. Educational reconstruction. Autonomy. Social movements.

EDUCACIÓN A DISTANCIA - DISTANCE LEARNING - EAD EN RÍO DE JANEIRO: LA TRANSICIÓN A LA RECONSTRUCCIÓN DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

Resumen

El artículo es un relato de experiencia en educación a distancia. EAD contextualiza históricamente en Río de Janeiro dentro de la teoría de la educación de Teixeira, de su muy analógico. Coloque en un estudio de caso de PAIEF - UNIRIO y específicamente en los movimientos sociales de elección y Educación. Las preguntas de la EAD como parte de la reconstrucción de la educación en la superación de la demora de Progreso Educativo. Explica la existencia de la autonomía de los actores involucrados. La especificidad de la materia, concluye haciendo hincapié en la contribución positiva de la educación abierta ya distancia en la reconstrucción actual de la educación brasileña.

Palabras clave

Educación a distancia. Reconstrucción de la educación. Autonomía. Movimientos.

1. Este relato de experiência em educação a distância no programa PAIEF/Licenciaturas em Pedagogia da UNIRIO e particularmente na coordenação da disciplina eletiva Movimentos Sociais e Educação é uma tentativa inicial de explicação dos nexos causais e seus efeitos relativamente bem-sucedidos da política pública de Educação a Distância (EAD), segmento de ação em nível superior, na formação de professores no Estado do Rio de Janeiro. E está sendo empreendida como experiência pessoal.

A EAD, em níveis e modalidades variadas, e como política pública, é muito recente e particularmente no Brasil tem antecedentes, ainda na reforma educacional da municipalidade do Rio de Janeiro entre 1931 e 1935, no então Distrito Federal, pela gestão diretiva da proposta de Anísio Teixeira (TEXEIRA, 1997). Foi uma reforma fundamentada na indução que compreendeu amplamente a educação escolar e sua necessidade e seu interesse no interior dos primórdios da revolução industrial e tecnológica brasileira desde os anos 1920. Desse modo, Anísio Teixeira, juntamente com Roquette Pinto, promoveu a implantação da educação pela Rádio-Escola Municipal. E também o cinema educativo com Humberto Mauro, além deles em articulação com a biblioteca e com o museu escolar. Visava-se com isso a ampliação da educação e cultura para a democratização e integração nacional do povo brasileiro. Era a modernização educacional analógica em ação (MADEIRA, 2007).

Paradoxalmente, a integração continuou inclusive com essas experiências a distancia pelo Estado Novo. Com a Constituição de 1946, e na década dos anos 1950 com a eleição de Vargas, houve uma transição e uma primeira reconstrução educacional, como em texto de 1952, que Anísio Teixeira, quando empossado no INEP-MEC, assim descreve (TEXEIRA, 2005, p. 198):

Há, pois, dois problemas em relação à reconstrução educacional do País: um – político-financeiro – é o de nossas leis de educação que se devem limitar a prover recursos para a educação e criar os órgãos técnico-pedagógicos, autônomos, para dirigi-la, e outro – técnico-pedagógico, de aperfeiçoamento permanente e progressivo do nosso ensino e nossas escolas, a ser obtido pelo constante incremento de nossa cultura especializada e pelo preparo cada vez mais eficiente do nosso magistério.

Recolocada, assim, a educação escolar nas suas verdadeiras bases de processo de vida e de transmissão de cultura, governado por teorias e práticas sempre postas em dia pelos estudos especializados na universidade e pelos estudos levados a efeito pelos próprios professores nas escolas, teremos estabelecido as condi-

ções de liberdade e de empreendimento indispensáveis para o progresso indefinido da educação.

Por outro lado, liberada a educação do minucioso disciplinamento legislativo, descentralizada administrativamente pelos estados, e, quando possível, ao menos em parte, pelos municípios, e restituída também a liberdade ao ensino particular de competir com o público e manter cursos diversificados e ensaios renovados, teremos criado no País as condições mínimas para um intenso trabalho de reconstrução educacional e para uma possível mobilização de esforços à altura do empreendimento de edificar, pela educação, a nação brasileira.

Essa foi a primeira reconstrução da educação brasileira que se realizava pela superação do primeiro retardamento, imposto como reação ativa desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932 pelas forças do Estado Novo, sinalizando uma lógica da dinâmica da política educacional moderna entre reconstrução versus retardamento. E foi o momento em que Anísio Teixeira empreendia, no início dos anos 1950, a aprovação, pelo Congresso, da LDB, que finalmente foi aprovada com “meia vitória, mas vitória”, como ele comemorou em 1961. Seria assim o ponto de partida para uma longa e complexa história da educação brasileira, que estaria se constituindo por uma lógica de sucessivas e alternadas reconstruções e retardamentos?

Essa antiga LDB, Lei 4.024/61, trata da EAD como ensino supletivo para os adolescentes e adultos que não puderam seguir a escolarização regular na idade apropriada. Seriam os cursos supletivos em empresas e entidades particulares que deveriam ter instalações receptivas de rádio, televisão, por correspondência postal pelos correios, e outros meios de comunicação, que permitissem alcançar o maior número de alunos, conforme está estabelecido nos artigos 153 a 156 da primeira LDB.

Nas décadas de 1960 e 1970, no regime autoritário da Revolução de 1964, contraditoriamente, como inicial proposta de desenvolvimento dependente da globalização, proposta desmobilizadora e repressora dos direitos da cidadania de integração e para a igualdade social, o Ministério da Educação e outros órgãos do Executivo implementaram a formação de cursos a distância principalmente na educação primária e profissional, e privilegiando a alfabetização. No mesmo sentido que iniciativas de educação a distância de promoção privada eram praticadas a fim de formar profissionais em curto prazo por correspondência como, por exemplo, secretárias, eletricitas, modistas, etc. Um programa de destaque então

foi o Projeto Minerva, por rádio, e posteriormente os programas pioneiros de educação a distância pela televisão, com destaque para a TV Globo.

Quanto ao avanço da educação brasileira, esse período histórico do regime de 1964 representou um segundo retardamento que iria perdurar até 1988 quando foi votada a Constituição, abrindo o caminho para a retomada do sentido evolutivo da revolução industrial e tecnológica brasileira iniciada nos anos 20 demandada pelo então já institucionalizado, e com autossustentabilidade, mercado interno brasileiro. E foi o período novo da redemocratização que, para a educação, a Constituição de 1988 retomou o sentido da educação para a evolução social no interior daquela revolução nacional iniciada ainda nos anos 1920. Nesse mesmo período autoritário e de retardamento da educação, Arnaldo Niskier, então no Conselho Federal de Ensino, CFE (NISKIER, 1996) ao comentar comparativamente as LDBs de 1961 e 1996 e relacionando a crise universitária no Brasil, em seu entendimento, faz extensos comentários sobre a Universidade Aberta. Aí incluía-se a criação da educação superior a distância falando de uma dívida social enquanto aponta as vantagens da educação a distância em nível universitário para capacitar professores e especialistas.

Enquanto membro do CFE nos anos 1970 e, posteriormente como membro também do Conselho Nacional de Educação, CNE, Arnaldo Niskier desenvolveu intensa atividade com pareceres e articulações para a implantação da educação a distância. Porém as diligências desse período autoritário em relação à educação (1964-1996) e sua transição para o regime democrático, ainda se fundamentariam em uma muito bem amarrada legislação, particularmente da nova LDB de 1996, mas, por outro lado, ordenando a novidade pioneira no Brasil, já antevista na Constituição de 1934, de um plano de educação diferenciando-se de diretrizes e bases e enfatizando a descentralização. Assim, nessa tensão da transição para a política democrática de educação baseada mais na legislação do que na participação em plano dos profissionais da educação, como queria Anísio Teixeira, em que sentido uma experiência de educação a distância se situaria como expressão da presente transição para a nova e atual reconstrução educacional?

2. Na transição para uma nova reconstrução, atual da educação nacional, na continuidade progressiva,

ou não, um primeiro plano educacional nacional, PNE, do presente regime democrático, originou-se do artigo 87 da LDB/96 e foi votado no Congresso Nacional em 2001, constituindo-se na Lei nº 10.172/9/01/2001. Nesse PNE de alcance decenal, no mesmo artigo, em seu parágrafo 3º, inciso III, está estabelecido realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação a distância. Mas para esta, o PNE contempla item especial de número 6, Educação a distância e tecnologias educacionais, contendo diagnóstico, diretrizes e objetivos e metas. Era o plano de educação nacional de caráter descentralizador na medida em que estados e municípios, bem como os professores e educadores teriam a responsabilidade de o executarem, como queria Anísio Teixeira. Esse querer, no entanto não foi possível, porque a ANPED, (ANPED, 1997) ao se incluir na transplantada concepção de “sociedade civil”, enquanto oposição ao Estado, e não no “povo” como subjetividade da nacionalidade ao tempo de Anísio, reclamou de pouco tempo de estudo do plano e não pode afirmar sua autonomia tão buscada, (HENRIQUES, 1998) que poderia ter sido nesse plano e em sua execução.

Na transição e reconstrução educacional com a Educação a Distância, enquanto a leitura da concepção pedagógica de Paulo Freire vê a autonomia do aluno diante do mundo em busca do letramento e da alfabetização, mais como informação e comunicação pelas TICs, e para além dos muros da escola, a tradição educacional de Anísio Teixeira propõe a liberdade da escola, como espaço institucional e implicante da autonomia do professor e do aluno no sentido formal, científico, e profissional de uma pedagogia como arte, na Educação a Distância como ampliação do espaço escolar.

São duas abordagens que estão implícitas na proposta do PAIEF (Curso de Pedagogia das séries Iniciais do Ensino Fundamental - UNIRIO) e de sua convergência com o CEDERJ (Consórcio de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro) a partir desse consórcio educacional da Secretaria Estadual de Educação com as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, e dos municípios consorciados, no projeto da educação a distância, com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, TICs (SANTOS, 2009). Uma questão surge: haveria alguma diferença substancial entre as TICs e as tecnologias educacionais mencionadas no PNE?

Uma outra questão que surge como contexto da nossa experiência na coordenação da disciplina eletiva Movimentos Sociais e Educação é a que se refere às mudanças relacionadas à definição universal de EAD e a legal. Elas são analisadas em “Do alternativo e diferenciado ao legalizado” que é eixo de funções e ações nesse sistema e que mantém uma relação de interdependência, mas se influenciam mutuamente entre infraestrutura de apoio, material didático, interação entre os alunos e professores, e avaliação da aprendizagem, por Gouvêa e Oliveira, (2006). O eixo do alternativo e diferenciado ao legalizado, segundo as autoras, relaciona-se aos aspectos legais que regem a modalidade de EAD, às questões de autonomia e da educação permanente traduzindo uma visão homogênea do sistema educativo, segundo as autoras (p. 104), que se pauta nos padrões presenciais e sufoca os possíveis caminhos de uma modalidade diferenciada e de qualidade da EAD. Nas mudanças dos textos legais do Decreto 2.494/1998 e do Decreto 5.622/2005 (ARAUJO JUNIOR, 2009), para as autoras se constituem em algumas questões para discussão que, por outro lado refletem mudanças que ocorrem em nível global pelo declínio, como fato sociológico contextual, do fascínio em ultrapassar os limites da modernidade, como está mencionado no PPP do Curso PAIEF (UNIRIO, 2008, p. 11 e no Guia do Estudante, CEDERJ, 2005, p. 12 e 14) e citado em Santos, 2009, p. 37:

O curso que propomos tem como ambição maior ultrapassar os limites da modernidade, baseando-se em práticas tecnológicas que ofereçam as condições de construção de conteúdos essenciais para o domínio das ciências básicas que orientam o processo pedagógico (...)

O curso PAIEF propõe ainda, (...) uma revisão do processo educativo, propondo-se a descobrir novos espaço para a aprendizagem a distância. Pretende-se que a metodologia da EAD permita os espaços para a necessária “desequilíbrio cognitiva”, estimulando o processo de adaptação necessária.

Um curso como este, voltado para a formação de professores, deve possuir, como um dos seus propósitos, a autoformação, pois a autonomia do indivíduo – em seu sentido pleno – é um compromisso de todo o processo educativo (CEDERJ, 2005, p. 14).

E as questões para discussão se ampliam à medida que mudanças em nível local relacionando a autoformação, ou autocriação, e autonomia do indivíduo com a Educação a Distância parecem se afirmar em tensão com a globalização pela reorientação política e econô-

mica após a Constituição de 1988. E, particularmente com a retomada do sentido nacional, brasileiro, da democratização e revolução industrial tecnológica, na qual às vezes estamos avançando, ou parando, mas inseridos, e que foi iniciada ainda na década dos anos 1920, e com a subjetividade tensionada entre “povo” e “sociedade civil”. Por outro lado, a questão para o pragmatismo (RORTY, 2007) não é tão simples assim, já que a “autoconstrução e autonomia privada” diferem da “autoconstrução com autonomia pública”, que é o sentido percebido, e em grande parte revelado, por movimentos sociais e os processos educacionais entre eles o da Educação a Distância.

Na vivência profissional da disciplina, Movimentos Sociais e Educação, do PAIEF – Licenciaturas em Pedagogia da UNIRIO, do CEDERJ, percebemos, essas tensões em meio às facilidades e dificuldades para contribuir para a operação da formação acadêmica a distância de nossos alunos futuros professores no interior do estado do Rio de Janeiro.

O grupo de professores dessa disciplina eletiva de 30 horas, para um curso com 2.200 horas, é formado por este relator, como professor coordenador da disciplina e mais os professores André Nogueira, Teresa Cristina Oliveira e Flávia Castilhos, como tutores a distância. Por isso, este relato deve ser compreendido em sua relativa relevância nas experiências e vivências do curso de formação de professores a distância. E, também, como relato de experiência pessoal, entendendo o contexto teórico que fundamenta essas análises e concepções históricas, e metodológicas como de opção pessoal e não atribuindo responsabilidade de opinião aos demais professores colegas da disciplina.

Nosso curso antigo PAIEF (Pedagogia das Séries Iniciais do Ensino Fundamental) que está se reformulando de três para quatro anos, ou oito semestres, e com nova grade curricular, vem se transformando, a partir do primeiro semestre de 2008, em Curso de Licenciatura em Pedagogia em nível de graduação, modalidade a distância (SANTOS, 2009). A disciplina Movimentos Sociais e Educação permaneceu como uma disciplina eletiva da grade curricular.

Iniciei a coordenação da disciplina Movimentos Sociais e Educação em março de 2007 e naquele ano, o número de alunos matriculados na disciplina era de aproximadamente 530 alunos inscritos em 12 polos, e em grande parte professores da rede pública nos municípios nos quais estão localizados os polos.

A infraestrutura de apoio ao curso é centralizada na plataforma que é um ambiente virtual de aprendizagem colaborativa e utiliza a internet para a interatividade entre os diversos atores que participam na relação ensino-aprendizagem. O material didático tem sua referência orientadora nos dois módulos de conteúdo em Movimentos Sociais e educação – rede de ações e letramento para o mundo, elaborado pelo professor Cláudio da Silva Ribeiro (RIBEIRO, 2006), conteudista que não mais atua no curso. Mas outros materiais relacionados aos temas e problemas da vida cotidiana, principalmente das diferentes mídias, são explorados no curso na feitura das provas de ADs (duas por semestre) e APs (três por semestre) com livre autonomia pelos professores tutores, bem como em oficinas, fóruns e orientação de dúvidas e dificuldades dos alunos através de e-mails e pelo telefone 0800.

Disso decorre a interação entre alunos e professores na medida em que permanentemente há plantões, por telefone e online dentro de horários estabelecidos entre o PAIEF e as chefias dos polos. E, finalmente é a partir das avaliações da aprendizagem que especificamente em nossa disciplina foi possível verificar o alto grau de aproveitamento e de coautoria da disciplina se refazendo, com a participação de muita autonomia entre os atores envolvidos na operacionalização da disciplina. Possivelmente disciplinas que necessitam de outras atividades presenciais de laboratórios além das provas nos polos, como por exemplo, Ciências Naturais em Educação I e II, tenham menos comparecimento às atividades práticas e com isso tenham baixo rendimento o que leva ao paternalismo por parte dos professores. O que, por sua vez, pode ser o produto da disseminada concepção do senso comum de que o curso é a distância, quando em verdade o curso é semipresencial.

3. Uma conclusão como coordenador da disciplina Movimentos Sociais e Educação, ao relatar experiência pedagógica de curso a distância, neste conteúdo, estou convencido do alto grau de autonomia do curso e da autocracia dos alunos, fundamentados na teoria dos movimentos sociais, cujas observações e classificações de experiências nas vivências, em suas comunidades, auxiliam no aproveitamento educacional. Em visita ao polo de Bom Jesus do Itabapoana (RJ) para a aula inaugural a diretora do polo mencionou em sua palestra que o projeto de Educação a Distância é uma política pública que mais eficazmente realiza a inclusão social. Fiquei contente e concordei na confirmação integradora da educação a distância para a realidade social brasileira.

Referências bibliográficas

ANPED. *Parecer da ANPED sobre a proposta elaborada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 1997

ARAUJO JUNIOR, I.L. *Gestão legal da educação a distância no Brasil*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado: PPGEduc-UNIRIO, 2009.

CAMPOS, G.H.B.; ROQUE, G.O.B.; AMARAL, S.B. *Dialética da Educação a distância*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.

CCEAD PUC-Rio (Org.) *Educação a distância e formação de professores: relatos e experiências*. Editora PUC-Rio, 2007.

GOUVÊA, G.; OLIVEIRA, I.C. *Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent editora, 2006.

HENRIQUES, V. *ANPED e a preocupação da autonomia em busca de reconhecimento e consagração*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação, PUC-Rio. 1998

MADEIRA, L.L. *Políticas públicas de formação docente face à inserção das TICs no espaço pedagógico*, in *Educação a Distância e formação de professores: relatos e experiências*. CCEAD PUC-Rio, 2007.

NISKIER, A. *LDB: a nova lei da educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

RIBEIRO, C.S. *Movimentos Sociais e educação – rede de ações e letramento para o mundo*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2 volumes. 2006.

RORTY, R. *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins Editora, 2007.

SANTOS, P. R. P. *Atores e artefatos tecnológicos na dinâmica de um funcionamento de uma ferramenta de EAD: um estudo de caso com a Plataforma CEDERJ no curso PAIEF-UNIRIO*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PPGEduc-UNIRIO, 2009

TEIXEIRA, A. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, A. *Pequena introdução à filosofia da educação – a escola progressiva, ou a transformação da escola*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

TEIXEIRA, A. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.